

Governo negociará pacto contra inflação

■ Ministros da Economia e Planejamento descartam choque econômico e dizem que preços e salários serão discutidos com sociedade

BRASÍLIA — O ministro indicado do Planejamento, Paulo Haddad, anunciou ontem que o governo pretende combater a inflação com uma política de prefixação negociada de preços e salários. “Nessa administração não haverá congelamento, dolarização ou confisco de poupança”, assegurou. “Podemos adotar uma prefixação como resultado de negociações com a sociedade.” Ele garantiu que o acordo da dívida será mantido e que nada muda nas relações do Brasil com instituições internacionais.

Os programas de abertura da economia e de privatização serão

mantidos, mas, segundo Haddad, será exigido mais dinheiro *cash* na compra de estatais e o Congresso vai ser consultado no caso de empresas de setores estratégicos. Os dois novos comandantes da economia — Haddad vai dividir a função com o ministro indicado da Fazenda, Gustavo Krause — pretendem iniciar imediatamente as negociações para viabilizar um pacto social. Na segunda-feira, Krause se reúne com os presidentes de partidos políticos.

“A solução para os nossos problemas só virá se for compartilhada com o Congresso”, afirma Krause.

A política econômica seria, então, definida a partir de um consenso político. “Temos que aproveitar a oferta dos partidos a esta sociedade que está nas ruas”, avalia Krause. “Vamos abordar a economia dentro de uma nova moldura política.”

Juros — O objetivo, segundo Haddad, é usar o clima político e reverter o “artificialismo” dos aumentos de preços. “Vamos aproveitar o movimento do impeachment para dar um impeachment na inflação”, brincou Haddad. Antes do pacto social, no entanto, nada muda na atual política salarial, segun-

do o ministro da Fazenda. Também a política de juros altos será mantida até que a inflação caia e o presidente do BC, Francisco Gros, só será substituído em 30 dias.

Os acordos para renegociação da dívida externa fechados pelo ex-ministro Marcílio Marques Moreira serão mantidos porque os dois novos ministros consideram que uma mudança agora seria um retrocesso inadmissível. Na divisão de tarefas dos novos ministros ainda não está definido quem negociará as novas metas com o FMI.

Auditoria — O ajuste fiscal com mudanças na Constituição

proposto pelo governo Collor será adiado para 1993 e vai ser discutido junto com a reforma constitucional. Para resolver o problema de caixa do Tesouro desse ano, os ministros pretendem combater a sonegação e melhor administrar a utilização de recursos. “O primeiro ganho será usar direito o dinheiro do contribuinte”, afirmou Krause.

Para tentar acabar com os desvios de recursos, será criado um sistema de auditoria preventiva para evitar que os problemas só sejam localizados depois de ocorridos, quando o Tribunal de Contas da União faz o exame da execução

orçamentária. “Vamos discutir um ajuste ainda para este ano com o Congresso, que será centrado em quem pode pagar”, adianta.

A divisão do comando da economia é necessária, segundo Haddad, para que possa existir um planejamento de médio e longo prazo. O ministro da Economia terá a chave do Tesouro e o do Planejamento vai tratar da alocação das verbas. A proposta inclui a descentralização de programas executados pelo Estado, com a criação de políticas públicas compensatórias de natureza social, à medida em que a inflação comece a cair.